

SEXO E GÊNERO: considerações e delimitação de eixos da identidade, do desejo e do prazer

*Sandra Maria Nascimento Sousa**

RESUMO

Este texto focaliza alguns dos significados socialmente atribuídos às práticas erótico-sexuais da homossexualidade, centralizando as análises em algumas das modalidades de sua construção e enquadramento, num sistema binário e excludente, que consagra a heterossexualidade como a matriz desse sistema e como “norma”.

Palavras-chave: homossexualidade; representações sociais, significados, práticas sexuais.

1 INTRODUÇÃO

Com este artigo, pretendo sistematizar e mobilizar um debate em torno de algumas das reflexões que vimos fazendo no grupo de Gênero, Memória e Identidade, vinculado ao programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, a partir de estudos que apóiam pesquisas sobre a dinâmica da prostituição feminina, em São Luís.

No percurso desses estudos, nossas lentes têm focalizado a constituição do Sujeito, da nossa sociedade ocidental moderna, assim como, as normas e suas correspondentes transgressões no centro da orientação e regulação das práticas erótico-amorosas. Prostitutas e homossexuais, por exemplo, estão socialmente enquadrados no sistema de transgressões que é constituído, principalmente, pelas interpretações científicas e especializadas, como a medicina, a psicologia ou a psiquiatria, que têm classificado como desvios ou anormalidades.

É, nesta perspectiva, que os argumentos de Foucault, Joan Scott e Judith Butler, aqui destacados, permitem-nos trabalhar de forma mais complexa

* Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA e no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Doutorado em Ciências Sociais/PUC-SP.

as interpretações fixadas em dicotomias rígidas que estabelecem padrões de legitimidade social que visam regular as dinâmicas do desejo, do prazer e da realização sexual e amorosa dos sujeitos.

Nesse sentido, parto da relocação dos argumentos desses autores para situar a questão da sexualidade e das identidades que aí se fundamentam, em alguns dos processos de construção e demarcação de diferenças, sobre as quais está inserido o Sujeito Moderno, que, de acordo com Kehl (1998), é o mesmo Sujeito Neurótico da Psicanálise porque é um sujeito desejante, atingido, porém, em sua interioridade, por ter que forjar imagens para fora, ao sabor das pressões sociais, nem sempre correspondentes à imagem de si, e às orientações de seu próprio desejo inconsciente de prazer.

Intenciono, assim, a partir do material trabalhado, destacar a historicidade e a complexidade de alguns elementos processuais que determinam as classificações dos sujeitos da “transgressão”, não em oposição ou complementaridade, mas no próprio sistema interior da construção dos sujeitos da “norma”.

2 CONCEITOS E PRECONCEITOS

“Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa de nossos Reinos, posto que tenha descendência; e pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inabilitados e infames, assim como os daqueles que cometem crime de Lesa Majestade”¹

Esta citação, transcrita do texto de Rios (2002, p.15), revela, como ele mesmo acentua, a intensidade dos preconceitos que envolvem as práticas homossexuais em nossa sociedade, a ponto de, durante muito tempo, terem sido consideradas como “crimes” passíveis de severas punições. Segundo Rios, apesar da descriminalização da “sodomia”, com o advento do Código Criminal do Império de 1830, a homossexualidade ainda hoje é objeto de muito preconceito e alvo de violência, conferindo aos quadros estatísticos de homicídios intencionais, elevados índices, que destacam os assassinatos motivados por ódio e repulsa à orientação sexual.

Uma primeira discussão pode derivar do nosso foco sobre o “olhar” e a “atitude preconceituosa”. A partir de quais referências os modos de ser do

“outro”, nos coloca em xeque, nos desperta receios, intolerâncias, medo da proximidade e nos fazem estabelecer medidas de segurança? Estas perguntas su gerem respostas que só podem ser objetivadas, como “conhecimento”, ao se compreender processos sócio-culturais que se traduzem em variadas situações e momentos na construção dos padrões de relações entre os indivíduos no contexto social no qual vivem. Requerem, sobretudo, um limite maior de espaço e de tempo do que o que está posto para este ensaio. Por isso, considero mais prudente ir, aos poucos delineando algumas possíveis vias de entendimento, começando por esclarecer o que entendemos por “preconceito”.

Reconhecemos o preconceito como uma construção interpretativa que precede à compreensão das coisas, objetos, ou condutas dos sujeitos, simplificando-as, ou reduzindo-as à algumas das expressões residuais, negativas ou estereotipadas que comumente são veiculadas na cultura. Segundo Crochik (1997, p.12), o preconceito diz respeito a uma conduta rígida frente a diversos objetos e aspectos variáveis, que remetem a necessidades específicas do preconceituoso, sendo representadas em conteúdos distintos. Em seu sentido etmológico amplo, o termo se aplica às generalizações categóricas, que fundamentadas numa experiência incompleta dos fatos, não levam em conta as diferenças individuais. Do ponto de vista psicológico, o preconceito é reconhecido como uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade do sujeito. Sua fixidez se radicaliza quando, mesmo envolvendo-se com os sujeitos objetos do preconceito, e ampliando sua experiência com eles, a carga de pré-concepções não se modifica. (CROCHÍK,1997, p.28).

3 “NORMAIS” E “DESVIANTES”

As pessoas cuja orientação sexual diverge daquela que foi convencionalizada como a “norma”, tornam-se alvo de preconceitos que geram atos agressivos e violentos, assim como, também, são atingidas as mulheres brancas e negras, os homens negros, os índios, os velhos, e as prostitutas, em modalidades que têm se reproduzido constantemente em nosso cotidiano. Basta abrirmos as folhas de jornais, sintonizarmos a televisão, ou ainda, ouvirmos conversas de vizinhos para ficarmos cientes dos casos mais revoltantes com as situações de exclusão e discriminação que são cometidas contra as pessoas destes grupos.

Por que, então, estes grupos estão inseridos nesta marcação? E, em especial, as pessoas que são definidas como homossexuais? Ou as que são definidas como prostitutas? O que há de especial nos conteúdos da sexualidade que fazem com que os seus desejos e as suas práticas eróticas devam ser objeto de rigoroso controle social? Ou, ainda, porque um determinado tipo de orienta-

ção sexual é considerado como legítimo, tornando as outras possibilidades “incongruentes”, inomináveis, repulsivas e degeneradas?

Em nossa sociedade, somente ao final dos anos 70 e por volta da década de 80, se expandiram movimentos sociais de massa que tornaram públicas as reivindicações de mulheres, de negros e de homossexuais para que questões que lhes eram específicas pudessem ser discutidas amplamente, expostas a críticas e encaminhadas a vias de solução que pudessem ser contempladas com políticas públicas, o que implica no reconhecimento do Estado a direitos que uma cidadania completa requer. A prática desses grupos sociais, naquele momento, era perpassada por dois eixos discursivos fundamentais: a “*Revolução Sexual*” e a questão da “*Identidade*”, que precisavam ser articulados com os fundamentos das lutas pela eliminação das desigualdades sociais de classe.

No caso do Movimento de Mulheres, a “*condição feminina*” era posta em relevo, para se criticar as circunstâncias em que ela havia sido produzida. As bandeiras mais fortes do Movimento mostravam, então, que a identidade feminina, tal como a conhecíamos, associada a um Sujeito *frágil, inferior, assexuada* e “*devotada aos outros*”, havia sido trabalhada em longo processo histórico-social, como referência e contraponto à imagem da mulher que prioriza a *liberdade, o exercício erótico* e a *devassidão*, imagem esta que era colada às mulheres que atuavam na prostituição. A partir daí, os grupos feministas centraram fogo na idéia de desconstrução das representações e significados atribuídos à identidade feminina, entendida, nessa perspectiva, como essência, condição própria de uma *natureza interior*.

Esta foi a primeira etapa de todo um conjunto de lutas e de movimentos que visavam desconstruir as hierarquias com as quais, então, se justificava a marginalização e a exclusão social de grupos inteiros de Sujeitos. Um processo similar se construiu na esteira dos movimentos gays, e dos movimentos dos homens negros e das mulheres negras. A construção da identidade desses sujeitos passou a ser veementemente criticada em suas formas de representação e de significados veiculados na cultura.

Na produção acadêmica, isso se centrava nos trabalhos monográficos, dissertações e teses que foram produzidas em torno da temática da “*Diferença Sexual*”, ou da construção social da *Feminilidade* e da *Masculinidade*, até o ponto em que ficou desvelado que se falava da diferença sexual como de uma diferença inscrita nos corpos das pessoas como algo que era “*natural*”, um vetor classificatório biológico, portanto, um dado da natureza das pessoas, constatado em sua anatomia e que se encaixava, *apropriadamente*, num *sistema binário de classificação para as identidades de gênero*.²

Essa postura teórica tinha como conseqüência não desmobilizar, suficientemente, a base sobre a qual se assentam os padrões da diferença sexual, já que entendia, que, de acordo com a genitália, as pessoas são definidas e

orientadas socialmente a comportarem-se de um determinado modo, identificando-se com os atributos de “*feminilidade*” ou de “*masculinidade*” que aparentam serem compulsórios. Sexo e Gênero, nessa perspectiva, parecem coincidir num só construto linear de formulação identitária. Entretanto, se, naquele momento, estas interpretações já se constituíam em um avanço, por mostrarem a produção social de significados atribuídos ao Ser Homem ou ao Ser Mulher, ainda se fazia necessário trabalhar com a categoria de Sexo e de Gênero, de modo disjuntivo, para se retirar daí a conotação de algo que é naturalmente dado, porque está inscrito no biológico, desnaturalizando-os, para compreender que o encaixe no sistema binário de classificação apenas referenda aquilo que a cultura estabeleceu como consensual e lícito.

Os desdobramentos dessa interpretação sugerem outras indagações: como se faz essa inscrição no corpo? Quem a faz? Que discursos portam os significados que são colados a partes da anatomia humana, que dizem do seu funcionamento, de suas classificações? Como se define que sexo e gênero são absolutamente idênticos, um ao outro? Partindo dessas questões, mais rapidamente se chegou à idéia da construção do sexo, ou, mais propriamente, da construção social e histórica dos seres humanos em dois sexos distintos e das duas matrizes definidoras de identidades no campo da sexualidade: *a heterossexualidade e a homossexualidade*.

A utilização das obras de Michel Foucault, que foram intensivamente divulgadas naquele momento, sendo as mais relevantes para as discussões sobre este tema: “Vigiar e Punir” (1975) e as três “Histórias da Sexualidade” (1976-1984), assim como a utilização da categoria analítica de Gênero, que já vinha sendo usada, porém, sem a conotação que lhe foi emprestada, a partir dos anos 80, pela historiadora americana Joan Scott, foram fecundas para esclarecerem mais sobre os processos sociais que constituem e dinamizam as interações entre os sujeitos do gênero.

O Gênero, como definido por Scott(1990), aponta para a maneira de nos referirmos à organização social das relações entre os sexos. É uma categoria analítica que supõe a montagem e desmontagem da produção do conhecimento sobre a diferença sexual, conhecimento sempre relativo, produzido por meios complexos, por amplos e complexos quadros epistêmicos e, referindo-se não apenas às idéias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, tudo o que constituiria a dinâmica das relações sociais.

Nesta acepção, não se entende a diferença sexual como um atributo “natural” na construção da identidade de gênero. Segundo Scott (1990), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e a maneira primordial de significar relações de poder”. Podemos complementar com a perspectiva de que é o social que engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente

modelada. É o conhecimento que possibilita revelar as significações atribuídas às diferenças corpóreas.

Kofès (1994), referenda que o Gênero é um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, cujos referentes falam da distinção sexual; quer onde estejam sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontremos esses sujeitos.

Compreende-se, desse modo, que com o uso da categoria analítica Gênero, se entende que o lugar da mulher e do homem na vida social não é diretamente o produto do que elas ou eles fazem, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta. Para fazer surgir o *sentido*, temos necessidade de tratar o sujeito e a organização social da qual faz parte, bem como, articular a natureza de sua interrelação.

Scott (1990), destaca quatro elementos fundamentais interrelacionados, envolvidos nos processos sócio-culturais de construção do gênero:

O PRIMEIRO: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e com freqüência contraditórias: por exemplo, Eva e Maria, como símbolos de mulher “*santa*” ou “*puta*”, que não são necessariamente excludentes e, também, os mitos da luz e da escuridão, da inocência e da corrupção.

O SEGUNDO: os conceitos normativos que põem em evidência a interpretação do sentido dos símbolos; estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária que afirma categoricamente o sentido do masculino e do feminino.

O TERCEIRO: refere-se à uma noção de política, às instituições e organizações sociais. O Gênero é construído não só via sistema de parentesco (como é mais focalizado por antropólogos) mas, nas sociedades mais complexas, no mercado de trabalho, que é segmentado sexualmente em dois sexos; na educação (as instituições somente masculinas, não mistas) no sistema político (o sufrágio universal). Desse modo, o Gênero é construído nos sistemas de parentesco, na economia e na organização política, que atuam independentemente, em nossa sociedade.

O QUARTO: é a identidade de gênero. Para a Psicanálise a identidade de gênero é unicamente e universalmente fundada sobre o modo de castração. Scott, chama a atenção para a necessidade de se examinar os modos como as identidades de gênero são construídas e relacionar esses achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.

Como se vê, a marcação social e histórica centrou-se na possível existência única de dois sexos, o *feminino* e o *masculino* e a utilização do

conceito de gênero vem nos auxiliar a desvelar processos sociais que permeiam a construção material e simbólica dessa categorização binária. Somente com esta perspectiva, é possível refletirmos sobre todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles que produzem os seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Saffioti (1992, p.90), considera que tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais. O Gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Por exemplo: “o corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo, contudo é insuficiente para defini-la como uma mulher”. Esta definição só se processa através de sua atividade na sociedade. Dizendo melhor, dos sentidos atribuídos a essa atividade. O Gênero se constrói e expressa através das relações sociais.

Foucault tem sido uma das referências teóricas mais importantes nos estudos de gênero, por ter apontado para a construção discursiva e dos saberes disciplinares que construíram os Sujeitos modernos, ordenando sua sexualidade, sendo, esta própria, uma construção desses saberes. Em suas análises, Foucault (1984) evidencia que é no contexto da formação de uma sociedade burguesa moderna, que o Sexo e a Sexualidade passaram a ser tematizados nas várias especialidades científicas, na medicina, na psiquiatria, na psicologia e na pedagogia, principalmente, alocando-se estes sujeitos em campos da “*normalidade*” ou da “*anormalidade*”.

De acordo com uma sua exposição, feita em um dos seus cursos proferidos no Collège de France, no período de 74–75, os “*anormais*” foram constituídos a partir de um conjunto de instituições de controle e de uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição. Esse grupo foi recoberto com a categoria da “*degenerescência*”, que deu lugar a elaborações teóricas irrisórias, mas, em sua compreensão, de efeitos duramente reais, a partir da combinação entre três configurações imagéticas e expressivas, pré-existentes e em constituição:

O Monstro Humano: aparece nas leis da sociedade e da natureza. É, portanto do domínio jurídico-biológico. As figuras do ser meio-homem, meio-besta (valorizadas na Idade Média), as individualidades duplas (valorizadas no Renascimento) e os Hermafroditas (que levantaram muitos problemas nos sécs. XVII e XVIII.). Todos estes representaram essa dupla infração. O que faz com que o monstro humano seja perigoso não é só uma exceção em relação à espécie, mas é a perturbação que traz as regularidades jurídicas (às leis do casamento, dos cânones do batismo ou das regras de sucessão). O monstro humano combina o impossível e o interdito.

No começo do século XVII e XVIII, foram muitos os processos

contra os hermafroditas que geravam confrontos entre juristas e médicos. Estudando a evolução da perícia médico-legal em matéria penal, tem-se desde o “*ato monstruoso*”, problematizado no começo do século XIX, até o aparecimento da noção de “*indivíduo perigoso*”, que é a noção fundamental das perícias contemporâneas. Segundo Foucault (1997), ao se interrogar o médico, hoje em dia, *esse indivíduo é perigoso?* os tribunais reproduzem e atualizam a figura do “*monstro humano*”.

O Indivíduo a Corrigir: É um personagem mais recente. O correlato das técnicas de adestramento. O aparecimento do “incorrigível” é contemporâneo das técnicas de disciplina que, nos séc. XVII e XVIII, se fortalecem no exército, nas escolas e, mais tarde nas famílias. São novos procedimentos de adestramento do corpo, do comportamento, das aptidões. Engendram o problema daqueles que escapam dessa normatividade, que não é mais a soberania da lei. Daí advém o nascimento técnico-institucional da cegueira, da surdez-mudez, dos imbecis, dos retardados, dos nervosos e dos desequilibrados. O Enclausuramento tem como justificativa a necessidade de “corrigir”, fazer retornar a “bons sentimentos”. O anormal do séc. XIX é o monstro pálido, mas, sobretudo, descendente do incorrigível, que apareceu nas margens das técnicas modernas de adestramento.

O Onanista: Aparece em correlação com as novas relações entre a sexualidade e a organização familiar, com a nova posição da criança no meio parental, com a nova importância dada ao corpo e à saúde. É quando emerge “o corpo sexual da criança”. Desenvolve-se com um conjunto de técnicas de direção de consciência (Nova Pastoral, nascida na Reforma e do Concílio de Trento) e das instituições de educação. Um esquadrinhamento discursivo do desejo sexual, do corpo sensual e do pecado é assegurado pela obrigação da “*confissão penitenciária*” e por uma prática bastante codificada por interrogatórios sutis. Ao controle tradicional das relações interditas, como o adultério, incesto, sodomia e bestialidade, soma-se o controle da “*carne*”. Inicia-se uma cruzada contra a “*masturbação*”. Várias obras educativas vão tratar disto, centrando maior atenção nas crianças e adolescentes, principalmente às das famílias mais abastadas. Situa “*o uso sexual do próprio corpo*” na origem de uma série de perturbações psíquicas que podem fazer efeitos, sob todas as formas, e em todas as idades da vida. Daí se entende uma potência ilimitada da sexualidade no que diz respeito ao corpo e às doenças que aparecem nos textos médicos, nas obras de patologia.

Os pais devem ser denunciados, se incorrerem em falta de vigilância, negligência, falta de interesse pela sua conduta. O que se esboça nessa campanha é, então o imperativo de uma nova relação entre pais e filhos, uma nova economia das relações intrafamiliares: solidificação da relação pai-mãe-filhos; a criança passa a ser o objeto primeiro e incessante dos deveres dos pais;

aparecimento do princípio de saúde como lei fundamental dos vínculos familiares, distribuição da célula familiar em torno do corpo- do corpo sexual da criança; vínculo corpo a corpo entre pais e filhos, onde se conjugam desejo e poder: a necessidade de um conhecimento médico externo para arbitrar e regular essas novas relações, entre a vigilância obrigatória dos pais e o corpo frágil e excitável das crianças. A família nuclear (restrita) emerge como um novo aparelho de saber-poder. “A pequena família incestuosa que caracteriza as nossas sociedades, o minúsculo espaço familiar sexualmente saturado, onde somos criados e onde vivemos, se formou aí”.(FOUCAULT, 1997).

O “*indivíduo anormal*”, considerado por tantas instituições, discursos e saberes, desde o final do séc. XIX, deriva da exceção jurídico-penal do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos pelos aparelhos de adestramento e do universal secreto das sexualidades infantis. Segundo Foucault, cada uma dessas figuras foi inscrita em campos autônomos de referência científica: o monstro numa teratologia e numa embriologia que tiveram com Saint-Hilaire a sua primeira grande coerência científica; o incorrigível, numa psicofisiologia das sensações da motricidade e das aptidões; o onanista, numa teoria da sexualidade, que se elabora lentamente a partir da Psychopathia Sexualis de Kaan. Teria se formado, assim, uma rede institucional complexa que serve de acolhimento para os anormais e de instrumento de defesa da ordem social. A problematização da sexualidade infantil veio a se tornar, no século XX, o princípio de explicação mais fecundo de todas as anomalias.

Por essa via, compreende-se que as práticas da sexualidade que fujam ao modelo da “*heterossexualidade*”, entendida como norma, sejam interpretadas como condutas “*anormais*” ou, no mínimo, “*ilícitas*” que, em algumas tentativas de explicação sócio-psicológicas, podem ser oriundas de traumas adquiridos na relação pais e filhos ou resultante de uma má identificação com figuras do mesmo sexo que ocupem o lugar do pai, ou da mãe, como parte do emaranhado que se faz de algumas interpretações freudianas do complexo de Édipo. Assim, os saberes especializados na área da sexualidade buscam produzir um conhecimento que justifique porque alguns sujeitos conduzem a satisfação dos seus desejos e do prazer erótico na *contra-ordem* da matriz genérica da *heterossexualidade*.

É, portanto, recuperando o conceito de gênero e acompanhando a genealogia em que se produz o corpo, o gênero e a sexualidade que vamos encontrá-los como situados social, histórica e politicamente. São relações sociais de poder as que estabelecem os significados do “*normal*”, do “*desviante*” ou do “*anormal*”.

Freire (1995, p.3-8) destaca, que já no início do séc. XX, “*A diferença dos sexos*” era uma idéia compulsoriamente imposta pela realidade biológica humana e falar de homens e mulheres implicava aceitar a divisão dos huma-

nos em “heterossexuais” e “homossexuais”. O *homossexual* era aquele que mostrava os desvios que “o *instinto sexual*” (outra produção da época) poderia assumir quando atingido pela degenerescência. Nesse sentido, passou a ocupar o lugar que a mulher ocupava até o séc. XVIII. Passou a ser “o *homem invertido*”. Então, era preciso entender os mecanismos deste desvio, para poder corrigi-lo e adequá-lo à matriz da sexualidade hegemônica.

Homossexual e Heterossexual, a seu ver, existem, portanto, como quaisquer outras realidades lingüísticas que servem como modelos de identidades para os sujeitos, mas não são nem mais ou menos universais e biologicamente determinados em suas natureza do que o foram “*as mulheres vaporosas*”, “*possuídas medievais*”, “*hereges protestantes*”. Os referentes de nossas idéias sobre a sexualidade são produto de hábitos criados por nossas práticas discursivas e não discursivas surgidas na história européia dos últimos três séculos.

No território das atuais teorizações feministas, as análises de Judith Butler, são muito fecundas para a compreensão destes processos e ainda muito recentes em nosso campo de estudos. Para os limites deste texto, destaco alguns de seus argumentos, como este em que: “Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. (BUTLER, 2003, p.38).

Nessa acepção, os espectros da descontinuidade e incoerência só são concebíveis em relação às normas de continuidade e coerência. São constantemente proibidos e produzidos pelas leis que procuram estabelecer ligações entre o sexo biológico, o gênero constituído e “a expressão” ou “efeito de ambos” na manifestação do desejo sexual, por meio da prática sexual.

[...] a matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir”, isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo”, nem do “gênero”. (BUTLER, 2003, p.38-39).

Desse modo, algumas identidades de sexo e gênero são “*significadas*” como falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, porque divergem, ou não se conformam, às normas de inteligibilidade cultural. Para Butler, é exatamente, a exposição e proliferação dessas identidades que expõem os limites e os objetivos de regulação da matriz da heterossexualidade, disseminando nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero.

Constituem-se a produção destes significados em atos de violência, na medida em que valorizam-se e convencionam-se certas significações em detrimento de outras. Com estes referenciais, um grande número de mulheres e homens são submetidos ao preconceito, pela sua maneira particular de sentir prazer, desejar e porque não estão de acordo com as normas hegemônicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No esforço de destacar alguns dos processos sócio-culturais em que são produzidos e reproduzidos *o sexo, o gênero e a sexualidade*, no contexto das relações sociais, fica evidente que os atuais estudos não dispensam as interpretações embasadas na História da Sexualidade, como o faz Foucault, ou na compreensão mais profunda do conceito de Gênero e em seu uso como categoria analítica.

Estes instrumentais são adequados para evitarmos, mesmo quando a nossa postura seja crítica, que fiquemos presos às interpretações dualistas no campo do gênero-sexualidade, quando então só se pode perceber as duas matrizes, heterossexualidade e homossexualidade, uma em oposição à outra, ou em complementaridade. Retomando a perspectiva de Heleieth Saffioti, entendemos que o sistema sexo-gênero é produzido em amplos e complexos quadros epistêmicos, que se constroem via relações de poder, nas quais uns significados são valorizados e considerados legitimados, enquanto outros indicam as vias da degenerescência ou da anormalidade.

Os significados, imagens e representações validados como *norma* definem, em sua própria interioridade, a ilegitimidade das demais práticas que serão situadas no território dos comportamentos desviantes. Os efeitos dessa produção aparecem nas interpretações médicas, jurídicas, psicológicas, que, em geral, têm *naturalizado* o funcionamento e a classificação das práticas do desejo e do prazer dos Sujeitos. Fica evidente, a partir destas colocações, que esta produção é fruto de um bem articulado sistema, em que se combinam elementos materiais e simbólicos.

Para concluir estas reflexões, reconhecemos que torna-se imprescindível focalizar o sistema, em que se destaca o sujeito e seu cotidiano relacional sexo-erótico e amoroso, sob as luzes de diversas áreas do conhecimento: da Sociologia, da Psicanálise, da Linguística e, sobretudo, de teorias mais recentes, como a Teoria “queer” inspirada nos argumentos de Foucault, nas análises de Jacques Derrida, que utiliza a *desconstrução* como método de crítica à toda produção das representações e dos significados sociais e, ainda, na perspectiva psicanalítica de Jacques Lacan.

Estas interpretações têm sido assumidas, sobretudo por uma vertente dos homossexuais, gays e lésbicas que combatem a heteronormatividade compulsória e recusam-se à assimilação de uma *identidade homossexual* para reivindicação de direitos de cidadania, entendendo que neste campo de lutas, exclusivamente, estariam repondo a matriz da *heterossexualidade* como a referência da legitimidade da ordem social constituída para regular as interconexões entre o sexo, o gênero e o desejo na perspectiva da continuidade e coerência, impossíveis de serem realizadas na prática.

SEX AND GENDER: construction and delimitation of axis
of identity and of pleasure

ABSTRACT

This text focalizes some of the meanings socially attributed to the erotic-sexual practices of the homosexuality, centralizing the analyses in some of the modalities of your construction and framing, in a binary and excluding system, that consecrates the heterosexuality as the head office of that system and as “ norm “.

Keywords: homosexuality, social representations, meaning, sexual practices.

Notas

1 Citação extraída do texto de Roger Raupp Rios: *A Heterossexualidade e a discriminação por orientação sexual no Direito brasileiro, de acordo com o Título XIII do quinto Livro das Ordenações Filipinas*.

2 A este respeito ver os estudos de Heleieth Saffioti , 1992; Scott, 1990; Butler, 2003.

REFERÊNCIAS

- BRUSCHINI, Cristina ; COSTA, Albertina de. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREIRE, Jurandir. A construção cultural da diferença dos sexos **Sexualidade Gênero e Sociedade**, [S.L.], ano 2, nº 3, p.3-8, jun. 1995.
- _____. O Referente da Identidade Homossexual. In: PARKER, Richard ; BARBOSA, Regina Ma. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA: IMS/UERJ, 1996.
- KEHL, Ma. Rita. **Deslocamentos do feminismo**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIOS, Roger Raupp. A heterossexualidade e a discriminação por orientação sexual no Direito Brasileiro. In: GOLIN, Célio; WEILER, Luís (Orgs.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- SCOTT, Joan. Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**: mulher e educação, [S. L.], v.15, 2, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina ; COSTA, Albertina. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992 .